

Reforma do 'Centrão' não pode englobar títulos e capítulos

13 NOV 1967 JORNAL DO BRASIL

BRASÍLIA — O plenário da Constituinte deve iniciar seus trabalhos somente no dia 4 de dezembro. A data é consequência das novas regras para a votação do projeto constitucional que serão apresentadas pelo deputado Ulysses Guimarães ao Centrão para substituir o projeto de resolução que altera o regimento interno patrocinado pelo grupo.

A proposta do presidente da Constituinte prevê, a partir da próxima semana, entre os dias 18 e 20, a abertura de novo prazo para apresentação de emendas. Durante oito dias, cada constituinte poderá apresentar três emendas ao projeto constitucional e os partidos, o número de emendas que correspondam a suas respectivas bancadas.

Não será permitida, como quer o Centrão, a apresentação de substitutivos a títulos, ou capítulos, mas somente a seções. O deputado Antônio Britto (PMDB-RS) explica que é impossível se votar substitutivos por títulos e capítulos porque "muitas vezes o parlamentar quer votar favorável em apenas parte do substitutivo e votar contra em determinados artigos. Na apreciação de substitutivos integrais a títulos e capítulos, isso é impossível: ou se aprova inteiro ou se rejeita".

O prazo até o dia 4 de dezembro seria reservado para a secretaria da Mesa classificar e separar as emendas e para que os constituintes recebam os avulsos, inteirando-se do que será votado.

Emenda isenta instituições

Depois de mais de duas horas na discussão sobre a forma de prevenção dos acidentes de trabalho, a Comissão de Sistematização aprovou mais uma isenção de impostos, favorecendo desta vez as instituições beneficentes de assistência social. De autoria do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), a emenda determinando a isenção recebeu apoio de 92 dos 93 integrantes da Sistematização.

De acordo com a emenda, que será embutida no capítulo que trata da ordem social do anteprojeto de Constituição, "ficam isentas de recolhimento de contribuições para a seguridade social as instituições beneficentes de assistência social que atendam as exigências estabelecidas em lei".

— Vamos votar, não tem sentido falar tanto, estamos perdendo tempo —, reclamava o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), cansado com as sucessivas intervenções dos colegas sobre os responsáveis pela prevenção dos acidentes de trabalho. Grande parcela do PMDB queria que o sistema de prevenção fosse controlado pelos médicos e o Ministério

Medir forças — O deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos líderes do Centrão, disse que a proposta ainda não foi oficialmente feita e por isso não há no grupo uma opinião formada sobre o assunto. Particularmente, se for mantida a proibição de se apresentar substitutivos a títulos e capítulos, o deputado quer partir para o confronto no plenário. "Somente desta maneira poderemos saber exatamente com quantos votos podemos contar."

Daso Coimbra diz que nem todos os que assinaram o documento do Centrão estão unidos em torno das mesmas teses. "É possível que parte do grupo fique satisfeito simplesmente com a reabertura dos prazos para apresentação de emendas sem nos apoiar na proposta dos substitutivos por títulos e capítulos. Por isso é que a decisão precisa ser no voto."

Essa decisão será importante, segundo o deputado, por mostrar o poder de negociação efetivo do grupo. "Podemos não aglutinar os 280 votos, mas se tivermos 250 ou 270, teremos força para negociar com o deputado Ulysses." A proposta de reabertura dos prazos para apresentação de emendas e o novo cronograma serão feitos através de substitutivo ao próprio projeto de resolução do grupo. Com isso, será aberto prazo para apresentação de emendas ao substitutivo para somente depois ser votado no plenário.

da Saúde, tese que acabou vitoriosa. Um outro grupo, contudo, achava que só os engenheiros e o Ministério do Trabalho poderiam encarregar-se da tarefa.

Caberá agora ao Ministério da Saúde e não mais ao Ministério do Trabalho a medicina ocupacional, dentro do sistema único de saúde já previsto pelo anteprojeto. Os deputados Virgildásio Sena e Mário Lima (PMDB-BA) queriam que a prevenção ficasse a cargo dos engenheiros. Ganharam os médicos em votação apertada. Pela primeira vez, os votos do painel eletrônico empataram: 25 a favor e 25 contra. Depois, novos votos dos suplentes decidiram a questão por 47 a 45.

A Sistematização rejeitou a tentativa do deputado Siqueira Campos (PDS-GO) de assegurar o exercício e a prática de assistência e tratamento espiritual, desde que gratuito. O anteprojeto ganhou nesta questão e na do sistema unificado, sendo emendado apenas na proposta de Passarinho que favorece as entidades beneficentes.

presidente da CUT, Jair Meneguelli, deverá se encontrar no começo da semana com o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, para articular o apoio à Frente.

A nova entidade está preparando uma relação dos parlamentares que votaram contra as causas populares. A listagem será publicada e distribuída nos redutos eleitorais desses constituintes, a fim de convencê-los a mudar de lado quando a nova Carta for votada em plenário.

Área médica vai poder importar

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização decidiu não conceder à União monopólio na importação de equipamentos médico-odontológicos, de medicamentos e de matéria-prima para a indústria farmacêutica, conforme constava do anteprojeto de Bernardo Cabral. A emenda aprovada foi apresentada pelos deputados Inocêncio Oliveira (PFL-PE) e Darcy Pozza (PDS-RS), ambos representantes de empresas da área médico-hospitalar, e a comissão decidiu por 64 votos a 15.

O dispositivo estava contido no parágrafo 3º do artigo 227 do anteprojeto de Cabral e, ante a sugestão de suprimi-lo na íntegra, a comissão entregou-se a uma hora de discussões. Ao apresentar a emenda, Darcy Pozza alertou para os prejuízos que a medida traria para a economia nacional, pelo fato de ampliar a intervenção do Estado na economia. Ele argumentou que o governo deve ter poderes apenas para fiscalizar a importação de equipamentos, como já faz atualmente via Cacex.

Já o deputado José Genoíno correu ao microfone para dizer que o parágrafo precisava ser mantido no projeto, tendo em vista que o Brasil importa caros equipamentos que interessam apenas à indústria americana, não servindo para atender nenhuma das necessidades básicas de saúde da população brasileira. No mesmo tom, o deputado Aldo Aguiar (PC do B-GO) disse que a maior parte dos remédios que o Brasil importa serve apenas para transformar os brasileiros em cobaias dos laboratórios americanos.

Mas o próprio relator Bernardo Cabral concordou com a aprovação da emenda. Até que a Comissão de Sistematização chegasse a essa decisão, discutiu a manhã inteira se deveria vetar a destinação de recursos públicos para investimentos em instituições privadas de saúde com fins lucrativos. O deputado Gastone Rigghi (PTB-SP) se empenhou para derrubar esse veto, explicando que "não pode o poder constitucional impedir que o governo aplique em áreas de saúde, quando a Caixa Econômica e o Banco do Brasil detêm recursos públicos".

O senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) também se insurgiu contra o texto do projeto, dizendo que o Brasil não se nega a financiar filmes de pornografia através da Embrafilme, mas aprova um artigo na Constituição vetando a aplicação de recursos públicos em instituições privadas de saúde. Por 66 votos contra 23, a Comissão de Sistematização decidiu manter o veto.

Constituinte receberá apoio

Numa vigorosa reação ao trabalho do governo Sarney e de entidades conservadoras, como a UBE e a UDR, sobre a Constituinte, 39 associações civis e sindicais — entre elas, a CUT, a OAB e a CNBB — se reunirão dia 24 para elaborar e divulgar um manifesto de apoio à Assembléia. O objetivo é chamar atenção para o risco de um retrocesso.

As associações criaram a Frente Nacional de Entidades Democráticas. Populares e Sindicais, e pretendem trazer a Brasília, dia 24, mais de mil lideranças sindicais e populares de vários estados O